

CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DE PANDEMIA COVID-19: QUAL O LUGAR DAS INFÂNCIAS E DO DIREITO AO BRINCAR?

CONTEMPORARY CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC: WHAT IS THE PLACE OF CHILDREN AND THE RIGHT TO PLAY?

Ana Paula Silva da Conceição 1
Rosemary Lacerda Ramos 2

Resumo: Este texto retrata a pesquisa que objetivou mapear estratégias, pesquisas e políticas contemporâneas que asseguraram o lugar do direito ao brincar das infâncias no contexto contemporâneo da pandemia Covid-19. Recorreu-se a abordagem qualitativa de caráter exploratório, através da pesquisa bibliográfica e documental, e comunicações digitais. A análise constituiu-se por apuração de dados e análise das estratégias encontradas nas plataformas digitais e nas redes sociais. Esta interlocução evidenciou reflexões epistemológicas e políticas de reconhecimento da infância como categoria social, das crianças como membros ativos da sociedade e como sujeitos das instituições diversas em que participam. Ademais, apresentou práticas lúdicas, orientadas e desenvolvidas por educadores e famílias, ocorridas no contexto contemporâneo pandêmico que garantiram, de alguma forma, o direito ao brincar. Revelou a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas, pesquisas, estratégias diversas e processos formativos que reposicionem o lugar do brincar no seio da sociedade, para professores e famílias.

Palavras-chave: Infâncias. Brincar. Pandemia Covid-19. Práticas Lúdicas.

Abstract: This text portrays the research that aimed to map contemporary strategies, research and policies that ensured the place of the right to play in childhood in the contemporary context of the Covid-19 pandemic. An exploratory qualitative approach was used, through bibliographic and documentary research, and digital communications. The analysis consisted of data collection and analysis of the strategies found on digital platforms and social networks. This interlocution evidenced epistemological and political reflections of recognition of childhood as a social category, of children as active members of society and as subjects of the different institutions in which they participate. In addition, it presented playful practices, guided and developed by educators and families, occurred in the contemporary pandemic context that somehow guaranteed the right to play. It revealed the need to develop public policies, research, diverse strategies and training processes that reposition the place of play within society, for teachers and families.

Keywords: Childhoods. To play. Covid-19 Pandemic. Playful Practices.

1 Professora e pesquisadora da graduação e pós graduação do PPGEDUC/DEDICI/UNEB. Líder do Grupo de pesquisa Formacce Infância, Linguagens e EJA/FORINLEJA do PPGEDUC/DEDICI/UNEB. Atualmente coordena o NUPE/DEDICI/UNEB e a Tutoria no curso de Pedagogia da UNEAD/UNEB.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1046523714656312>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6958-7749>.
E-mail: apsconceicao@uneb.br

2 Professora e pesquisadora da UNIFACS. Doutora em Educação. Pesquisadora do Grupo de pesquisa Formacce Infância, Linguagens e EJA/FORINLEJA PPGEDUC/UNEB. Idealizadora do Programa Ensino com Leveza, desenvolve formação de professores a partir da interface entre: Arte, Ludicidade e Aprendizagem; Tecnologias e Metodologias Ativas.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4460076374955723>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7888-9677>.
E-mail: rosel.ramos@gmail.com

Introdução

O Brincar é vital para as crianças. Sua importância é reconhecida de forma consensual entre os estudiosos dos diversos campos, a exemplo da educação, psicologia, antropologia, neurociência, sociologia, dentre outros. Constitui-se um poderoso fenômeno para desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e cultura das crianças, afirmam os estudos e pesquisas (KISHIMOTO, 2002; 2010). É uma recomendação médica, conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria (2019), a Academia Americana de Pediatria (2012), dentre outras. Tal importância o fez ser reconhecido como um direito de todas as crianças pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos.

Ironicamente, posiciona-se em lugar secundário em situações nas quais sua manifestação seria essencial, a exemplo do cenário desta Pandemia, que nos trouxe uma situação nunca vivida de necessário isolamento e distanciamento social. As situações estressoras resultantes do isolamento social e confinamento causaram impacto significativo, especialmente nas crianças pequenas, de 0 a 5 anos.

Se por um lado as crianças viviam restrições em suas brincadeiras ao ar livre e ausência de contato com seus pares, por outro lado os adultos, seus responsáveis, quer pais, cuidadores ou professores, viviam na incógnita do como proceder diante do cenário apresentado pela Pandemia Covid-19. Pesquisas sobre a ambiência familiar durante a Pandemia Covid-19 revelam a existência de diversos fatores contributivos para as dificuldades vivenciadas pelos adultos na lida com as crianças confinadas em casa. Como exemplo: a convivência com as mesmas e o funcionamento da casa com espaço de trabalho remoto, inviabilizando, muitas vezes, a realização de reuniões e tarefas diversas, a ausência de repertório sobre “o que fazer”, “como brincar”, “quais limites estabelecer” em um cenário de tanta restrição, até mesmo indisponibilidade emocional para dedicar-se aos momentos lúdicos com as crianças, diante das situações estressoras vividas.

Mais do que nunca, fez-se necessário programas, projetos, estratégias e materiais que auxiliassem estes adultos a reconhecerem o valor do brincar durante a pandemia, e os indicassem pistas de quais estratégias poderiam ser desenvolvidas em conjunto com as crianças. Diante disto, decidiu-se pela proposição da presente investigação, na tentativa de responder as seguintes indagações:

- Quais as estratégias, pesquisas e políticas nacionais contemporâneas foram desenvolvidas a fim de assegurar o direito ao brincar das infâncias durante a quarentena ou isolamento das crianças face à pandemia Covid 19?
- Quais possíveis contribuições das estratégias para familiares/pais/mães, cuidadores e professores em sua ação de assegurar o direito ao brincar e mitigar o impacto da quarentena na infância, no período de 2020 a 2021?

Justifica a presente revisão a relevância da recolha das evidências disponíveis sobre a natureza das ações e estratégias desenvolvidas, via cibercultura, para assegurar o direito ao brincar das infâncias durante a quarentena ou isolamento, bem como reflexões sobre sua contribuição aos familiares e professores, na tentativa de mitigar o impacto da quarentena na infância.

O brincar no contexto da pandemia Covid-19

A Pandemia Covid-19 nos trouxe um cenário inusitado e nunca antes vivido em tamanha dimensão, com setores da sociedade vivendo mudanças drásticas. A medida que avançava, com elevação de contágio, adoecimento e mortandade, os governos adotaram medidas de proteção drásticas, rapidamente, conforme o cenário exigia: desde restrição da circulação social, até o fechamento de estabelecimentos e serviços diversos, dentre eles escolas, playgrounds, áreas de lazer, etc, afetando e transformando a vida de todas as gerações.

Estas situações foram marcantes e impactaram significativamente a vida das crianças. Estudos revelaram que as situações estressoras vividas pelos pais e cuidadores, tais como ameaças à renda, redução dos meios de subsistência e situações de violência doméstica em

um cenário tão inusitado, ampliou a dificuldade de adaptação e de dar respostas rápidas aos desafios.

O confinamento significou meses longe da escola física, de instalações de lazer, tais como playgrounds, praças públicas, parques e clubes que permaneceram trancados. As atividades fora da escola foram encerradas, resultando em limitações severas de atividades socializadoras essenciais para crianças, tais como encontrar e brincar com os amigos e familiares, envolver-se em atividades organizadas e brincar ao ar livre.

Diante da grave situação de saúde pública, pouca consideração parece ter sido dada ao bem-estar das crianças fora do impacto da educação. Mesmo sendo necessárias tais medidas de proteção, elas representaram uma violação aos direitos básicos das infâncias, conforme estabelece a ONU.

Toda criança tem o direito de brincar. E há dispositivos legais que o asseguram, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração dos Direitos da Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente, Convenção sobre os Direitos da Criança e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257), reflexo das evidências científicas de que brincar é atividade essencial para o desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo da infância.

A ação lúdica, especialmente se realizada ao ar livre, traz benefícios ao desenvolvimento e planejamento motor, a compreensão das relações espaciais, equilíbrio e destreza, flexibilidade e consciência corporal (KISHIMOTO e SANTOS; 2016). Do ponto de vista cognitivo, desenvolvem-se habilidades de pensamento crítico, fortalecimento e expansão da memória, compreensão das relações causa e efeito, planejamento, linguagem, etc, essenciais à aprendizagem. (OLIVEIRA- FORMOSINHO, KISHIMOTO, PINAZZA, 2007).

As habilidades sociais também são desenvolvidas através do brincar: especialmente a capacidade de interagir com os outros, a compreensão das expectativas e regras sociais, partilha de pensamentos e idéias, etc. (RAMOS, 2018).

Mas uma das contribuições mais importantes do brincar para crianças neste momento pandêmico é, seguramente, a possibilidade de entender e processar o mundo e suas próprias emoções, especialmente nas situações de luto, raiva, tristeza, tão presentes no contexto atual. Brincar é essencial, pois “para ser capaz de falar sobre o mundo, a criança precisa saber brincar com o mundo com a mesma desenvoltura que caracteriza a ação lúdica [...]”. (KISHIMOTO, 2002, p. 148).

Através de suas ações lúdicas, as crianças se mantêm saudáveis, pois brincar é um processo que os ajuda a lidar com as incertezas, estresses e ansiedades do dia a dia. Destacadamente, as brincadeiras ao ar livre com interações sociais trazem muitos benefícios, além de recompensas sociais, emocionais e físicas. Para Wallon (1995), “as brincadeiras constituem-se em uma possibilidade de expansão do que a criança interioriza na sua interação com o meio”.

Seus benefícios são físicos, sociais e emocionais e podem ajudá-las a lidar com os desafios decorrentes da pandemia Covid-19. Em situações de crise, brincar ajuda as crianças a lidar com o estresse, ansiedade e trauma e proporciona estabilidade, normalidade e prazer (CHATTERJE, 2018; IPA, 2017; JOSHI e STONE, 2021).

Neste sentido, concordamos com Luz Menezes e Conceição (2021) que é necessário o olhar atento para identificar o brincar não apenas como uma forma de expressão da criança, mas como uma linguagem secreta com função simbólica. Pois tanto a linguagem como o pensamento estão presentes na relação do brincar da criança, expressando até mesmo o que não está explícito.

No entanto, apesar de tal compreensão, este direito ao brincar foi continuamente desafiado durante a Pandemia Covid-19, afetando, ainda que diferenciadamente, as crianças das mais diversas faixas etárias e classe socioeconômica. É preocupante que em um momento de maior estresse as crianças também se deparem com mudanças ou redução do acesso ao brincar e aos recursos que isso oferece para seu desenvolvimento e enfrentamento da realidade. Assegurar este direito é crucial em uma crise de saúde pública. Garantir a continuidade das experiências lúdicas na infância deveria ser um dos aspectos centrais nas políticas públicas, ações e estratégias de enfrentamento nacional e local neste contexto contemporâneo de pandemia Covid-19.

O impacto efetivo de supressão ainda não é compreendido. Haverá um retorno ao ‘an-

tigo normal’ ou haverá um ‘novo normal’ com retorno intermitente às medidas de emergência, conforme necessário? Não podemos afirmar duradouramente. Essas incertezas indicam a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas, pesquisas e estratégias diversas que reposicionem o lugar do brincar no seio da sociedade, proponham processos formativos para professores e pais, indiquem caminhos para estes responsáveis seguirem a fim de localizar os caminhos para inserção do brincar de forma ampla, livre, frequente, inclusivamente e sem discriminação, dentro e fora de casa e em todos os domínios citadinos possíveis.

Caminhos metodológicos delineados desta pesquisa

Para ter acesso às evidências, fez-se um mapeamento em documentos nacionais publicados digitalmente, cujo objetivo fosse auxiliar os pais, professores e cuidadores de crianças pequenas a assegurar o direito ao brincar das infâncias, durante o contexto de isolamento social na Pandemia Covid-19, no período de 2020 a 2021. Os critérios de inclusão estão descritos e relacionados a seguir:

Quadro 1. Critérios de inclusão da pesquisa

Quanto a(os):	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar estratégias, ações, pesquisas e políticas nacionais cujo propósito central fosse assegurar o direito de brincar das crianças na pandemia; • Fornecer orientação sobre espaços, tempos, materiais e possibilidades de brincar na pandemia em ambientes restritos. • Indicar estratégias lúdicas para desenvolvimento com crianças, em ambientes restritos ou não, durante a pandemia.
Tipo de documento	<ul style="list-style-type: none"> • Guias e/ou Manuais contendo diretrizes, orientações, formas, locais, recursos e tipos de estratégias lúdicas. • Relatórios de pesquisa cujo objeto central da investigação tenha sido a “presença e/ou ausências” do brincar no cotidiano das crianças de 0 a 6 anos durante a pandemia. • Políticas Públicas para assegurar o direito ao brincar. • Artigos com relatos de experiência de cursos, oficinas, encontros formativos para pais, professores e/ou cuidadores para assegurar o direito ao brincar das crianças, especificamente durante o período da pandemia.
Formato de publicação	<ul style="list-style-type: none"> • E-books, vídeos e/ou podcasts, documentos formais ou artigos científicos.
Responsáveis pela publicação/ experiência formativa	<ul style="list-style-type: none"> • Ser produzido por organizações, instituições de ensino, grupos de pesquisa, pesquisadores ou profissionais independentes dedicados ao estudo, defesa ou trabalho educativo com a infância.

Fonte: Elaborado pelas autoras, (2021).

Foram excluídos: trabalhos de conclusão de curso, independentemente do nível e seus capítulos; anais de congresso, artigos reflexivos e conceituais para discussão de fundamentos, notícias diversas e documentos publicados em língua distinta do português. Todos os artigos foram submetidos à triagem de título e resumo para elegibilidade.

Limitamos os bancos de dados pesquisados e abreviamos as estratégias de extração e

síntese de dados. As bases de dados utilizadas foram: LiLacs, Scielo e Google Acadêmico. Fez-se, também, busca em páginas da WEB a partir do google, para identificar as informações e documentos publicados em sites de instituições diversas, cujas ações relacionaram-se ao direito de brincar da criança conforme critérios já estabelecidos. Utilizamos os seguintes termos de pesquisa relacionados:

Quadro 2. Sintaxe da pesquisa

Categorias	Palavras Chave
(A) População de interesse	Crianças
(B) Cenário	Pandemia Covid-19, restrito a “Pandemia”
(C) Brincadeiras e atividades relacionadas	Brincar
(D) tipo de ação/produto realizado	Extensão; Oficinas; E-books; Guias; Manuais; Diretrizes e Políticas

Fonte: Elaborado pelas autoras, (2021).

A combinação entre estas palavras-chave foi realizada utilizando o operador booleano “AND”. Entre palavras-chave da mesma categoria foi utilizado o “OR”.

Os achados da investigação

Nossa pesquisa resultou em 4.672 documentos, dos quais 12 atenderam aos critérios de inclusão (ver Figura 1). A busca manual das evidências em sites institucionais na plataforma aberta do Google resultou na identificação experiências que atendiam aos critérios estabelecidos, conforme Quadro 3 e relatos subsequentes.

Quadro 3. Resultados por base de dados

CATEGORIA	RESULTADOS POR BASE DE DADOS
1. Identificação	4.672 documentos - Lilacs (n=0) - Scielo (n=0) - Google Acadêmico (n=4.672)
2. Exclusão	4.663 documentos excluídos depois da identificação no título/resumo - Lilacs (n=0) - Scielo (n=0) - Google Acadêmico (n=4.663)
3. Elegibilidade	Xx documentos triados por elegibilidade - Lilacs (n=0) - Scielo (n=0) - Google Acadêmico (n=10)
4. Inclusão	xx documentos localizados em sites institucionais através do buscador “Google” foram incluídos por atenderem aos critérios do estudo.

Fonte: Elaborado pelas autoras,(2021).

Projetos de Extensão e Pesquisas

Nas bases de dados Lilacs e Scielo não foram encontradas publicações que atendessem aos critérios. Na base de dados do Google Acadêmico, a partir da combinação das palavras-chave relatadas no quadro 1 foram localizados 11 documentos com foco específico nas reflexões sobre o brincar durante a pandemia, que se referem ao objetivo desta pesquisa: mapear estratégias, pesquisas e políticas contemporâneas que asseguraram o lugar do direito ao brincar das infâncias no contexto contemporâneo da pandemia Covid-19. São eles:

Quadro 4. Artigos publicados no Google Acadêmico

Ano	TITULO	AUTOR	INSTITUIÇÃO	NATUREZA
2020	O(N)ficinas do Brincar: reinventando um dispositivo	NOGUEZ et al.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Projetos de extensão / Oficinas de Brincar
2020	Dia das Crianças 2020 - Projeto Quem Quer Brincar?	NUNES, M. F.; SPERRHAKE, R.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Projeto de Extensão / Quem quer brincar comigo
2021	“Campanha Brinca Comigo Online” da Brinquedoteca Paulo Freire-DEDCI/ UNEB.	Bolsistas e coordenação da Brinquedoteca Paulo Freire – UNEB	Universidade do Estado da Bahia/ UNEB	Lives - Projeto de Extensão / Projeto Brinca Comigo
2021	Hora da Brincada (HB) / Dialogando sobre experiências e criando o inédito viável	DIEGUES, U. C.; MODESTO-SARRA, Luciana K.	PUCSP	Hora da Brincada / Projeto de extensão / oficinas
2021	O projeto de extensão “Criança x Criança” e o período pandêmico	OLIVEIRA, E. N.; CALIXTO, M. N	Universidade Regional do Cariri (URCA)	Projeto de extensão / Criança x Criança
2021	Projeto de extensão “Vivências em Atividades Diversificadas de Lazer”: processos educativos e enfrentamento da vulnerabilidade social no contexto da pandemia	SANTOS, M. O.	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Projeto de Extensão / Vivências em atividades diversificadas de lazer
2021	Projeto de extensão com crianças e adolescentes em tratamento de câncer em tempo de pandemia	CASTRO, J. F.; DE PAULA, E. M. A. T.	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Projeto de Extensão / Arte Brincadeiras e literatura para a promoção da Educação social em saúde para estudantes e profissionais
2021	Trilhas Lúdicas para a formação continuada de professores: o sensível presente no trabalho dos Centros de Vivências Lúdicas - Oficinas Pedagógicas do Distrito Federal (CVLOPs).	LEITE, C. A.; LIMA, S. M. G. de.	Coordenação Regional de Ensino (CRE) da Secretaria de Educação do Distrito Federal	Curso / Oficinas pedagógicas “trilhas lúdicas para aulas remotas”
	Aprender brincando: caderno de fundamentos e atividades lúdicas inclusivas para crianças de 0 a 6 anos	CHICON, J. F.; SÁ, M. das G. C. S. de; MURACA, G. de V.	Laefa/ FEST/ UFES - Campus Goytacazes	E-book com atividades lúdicas inclusivas - Laefa/ FEST/ UFES - Campus Goytacazes

	Espaços e encontros de escuta sensível e acolhida das crianças e suas famílias em tempo de excepcionalidade/ na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo - UEIIA	ANTUNES, J; PIRES, C. S. da Silva; WEBER, K.	Universidade Federal de Santa Maria (UEFSM)	Relato / encontro em grupos virtuais
--	--	--	---	--------------------------------------

Fonte: Google Acadêmico 2021. Elaboração própria, (2021).

Os trabalhos analisados referem-se a projetos de extensão desenvolvidos no âmbito das seguintes instituições: UFRGS; PUCSP; URCA; UFSM; (EMEI-SP); UFSCar; UNEB. Foram identificados dois projetos de formação de professores, materializados através do Projeto Hora da Brincadeira (HB) desenvolvido por 3 grupos de pesquisa da PUCSP, tendo como público alvo pais e professores, com objetivo de promover tanto sensibilizações quanto ações de formação para promover o brincar, em consonância com o GlobalPlay Brigade (GPB).

Participaram do projeto de formação **“Trilhas Lúdicas para a formação continuada de professores”** 9.855 professores-cursistas de 385 escolas, situadas no DF, durante o ano de 2020. Desenvolvido pelo **Centros de Vivências Lúdicas - Oficinas Pedagógicas do DF**, da Secretaria de Estado de Educação do DF. As oficinas lúdicas tiveram como objetivo apresentar sugestões para o desenvolvimento de aulas rêmoras interativas, lúdicas e criativas.

Dentre os projetos, **dois foram direcionados especificamente para crianças:** o **O(N) ficinas do Brincar: reinventando um dispositivo** se constituiu uma adaptação do *setting* terapêutico ao contexto online, buscando novas formas de interagir, brincar e materializar com crianças.

O projeto de extensão **“Criança x Criança”** desenvolvido no período pandêmico por bolsistas da **Universidade Regional do Cariri - URCA** atendeu em média 20 crianças em situação de vulnerabilidade social de duas instituições Não Governamentais: o Projeto Nova Vida e a Sociedade de Assistência a Carentes do Crato. Através do *WhatsApp* eram enviados aos coordenadores dos projetos vídeo-aulas de brincadeiras, com objetivo de contribuir com o desenvolvimento social, motor e afetivo.

Os pais foram contemplados especificamente os seguintes projetos: A estruturação de Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo – UEIIA da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) investiu na construção de espaços e encontros de escuta sensível com crianças. Os encontros aconteceram virtualmente, com a presença de pais e professores na tentativa de ouvi-las e assegurar seus direitos básicos, especialmente o de brincar.

O Projeto de extensão **“Vivências em atividades diversificadas de lazer”** criado em 1999 no Departamento de Educação Física e Motricidade Humana (DEFMH) da **Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)**, teve como objetivo a educação de crianças e adolescentes de comunidades vulneráveis da cidade de São Carlos – SP, pelo e para o lazer. Durante o período de pandemia suas atividades aconteceram a partir da publicação de vídeos no canal do projeto, com descrição de jogos, brincadeiras, atividades musicais, contação de histórias possíveis de serem realizados no ambiente doméstico, junto com ações de enfrentamento da vulnerabilidade social e econômica dos participantes.

A **Brinquedoteca Paulo Freire**, da Universidade do Estado da Bahia (**UNEB**) realizou a **“Campanha Brinca Comigo Online”**. Uma ação extensionista para celebrar o Dia Internacional do Brincar, e oferecer também atendimentos brincantes para crianças e adolescentes cadastrados, oficinas lúdicas e lives formativas através do canal @brinquedotecapaulofreire, no *Instagram*.

O **Coletivo Geral Infâncias¹** desenvolveram brincadeiras e jogos durante a pandemia² nas ocupações Dandara e Rosa Leão, essa última representada no vídeo: **Brincar na Rosa Leão**

¹ Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/4893>

² Consultar: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/notas-sobre-a-vivencia-da-pandemia-por-familias-e-criancas-das-ocupacoes-urbanas/>

- **Projeto Coletivo em Diálogo**³, “um micro documentário de dois minutos que pretende dar visibilidade às infâncias da **Ocupação Rosa Leão**, a partir dos olhares das próprias crianças e adolescentes neste contexto de pandemia”, disponível na plataforma do *Youtube*.

Dados importantes para compreensão do brincar na pandemia foram trazidos pela pesquisa **“Brincar em Casa”** realizada por Renata Meirelles com objetivo de lançar luz ao brincar das crianças em casa, durante o período de isolamento social. Têm-se como referência que a casa é o primeiro espaço do brincar e as pessoas da família, seus primeiros atores, disponível na plataforma do *Youtube*. A dinâmica diferenciada desta produção se deu pois os relatos foram realizados pelas próprias crianças. Fez-se aplicação de questionário online à 55 famílias, no âmbito nacional, 25 famílias eram brasileiras e as demais entrevistadas residiam na África do Sul, EUA, Peru, Malawi, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Itália, Argentina, Índia, Moçambique, Bélgica e México. O resultado da pesquisa foi publicado através de vídeo documentário **“Brincar em Casa”** disponibilizado gratuitamente na plataforma CAMP.

Cartilhas | Manuais | Guias/ E-books

A busca em sites institucionais permitiu identificar a produção de guias, manuais e E-books com orientações e sugestões de atividades lúdicas para famílias com crianças de 0 a 6 anos, em situações de isolamento social.

A **Fundação Maria Cecília Souto Vidigal** organizou o **“Guia de brincadeiras para família com crianças até 5 anos e 11 meses”**, com objetivo disponibilizar aos pais sugestões de brincadeiras voltadas para crianças de zero a seis anos. Com mais de 50 laudas, sugere como realizar as brincadeiras, por faixa etária, (uma para cada dia da semana), apresenta fotos, posts, ebook gratuito e possui espaço de diálogo no site. Ressalta, ainda, aspectos importantes para o desenvolvimento das crianças na primeira infância (do nascimento aos 6 anos de idade). Percebe-se uma ênfase na promoção do brincar livre, dos afetos, das interações e da comunicação com o bebê ou a criança para o desenvolvimento.

Apresentou materiais diversos (tipos de brincadeiras e brinquedos, vídeos, música, histórias, materiais, atividades físicas, etc.). Assim disponibilizou para impressão os dois manuais (um para as famílias - produzido com sugestões de atividades que pais e cuidadores podem fazer em casa durante a pandemia) e outro para os gestores de Educação (o material reúne sugestões que foram selecionadas para haver um equilíbrio entre os cinco Campos de Experiências, propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil).

O **Grupo Pé no Chão – Espaço de Brincar**, constituído por especialistas em brincadeiras e desenvolvimento infantil criou e disponibilizou o **e-book “Como sobreviver à quarentena com crianças em casa?”**⁴. Por sua vez, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), elaborou o Manual Brincarte⁵, um guia organizado com 17 laudas, apresentando sugestões semanais de atividades lúdicas, algumas a serem construídas entre criança e a família. Contém, ainda informações simples sobre o Covid-19 e os cuidados básicos de higiene e faz uma reflexão sobre o valor positivo do confinamento, por permitir o estreitamento de laços familiares e maior presença dos pais.

Constata-se com estas evidências, que as crianças ainda são pouco ouvidas dentro das produções voltadas à Pandemia Covid-19. Além disso, novas formas de se buscar referências, neste contexto pandêmico, se tornam essenciais, principalmente nas plataformas digitais e nas redes sociais, como foi o caso dos cursos, webinar (seminários on-line), lives (palestras ou rodas de conversa realizadas em plataformas digitais ou em redes sociais, como Instagram ou Facebook), entre outros.

O intuito deste artigo, como um texto de reflexão, é apoiar o debate e discussões sobre o direito ao brincar da infância, para pensar a partir dos achados a necessidade de orientar aos adultos, instrumentalizando-os para assegurarem o direito ao brincar, notadamente durante

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nmYpkbVmg1w> -

4 Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/guia-atividades-familias-criancas-0-6-anos/>

5 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/mmfdh-lanca-guia-de-brincadeiras-para-a-quarentena/manualbrincarte.pdf>

este contexto contemporâneo de pandemia.

Políticas nacionais e internacionais

Diferente de outros países, dentre eles a Escócia e o Canadá, com suas políticas públicas específicas para a infância e seu brincar, constata-se a inexistência de políticas públicas brasileiras com diretrizes para assegurar o que dispõe o artigo 31, da Declaração de Direitos da Criança (UNESCO): o direito ao brincar.

Análise e resultados

A análise constituiu-se por apuração de dados e análise das estratégias expressas nos materiais selecionados. Essa interlocução evidenciou reflexões epistemológicas e políticas de reconhecimento da infância como categoria social, das crianças como membros ativos da sociedade e como sujeitos das instituições diversas em que participam. Ademais, apresentou práticas lúdicas contemporâneas, orientadas e desenvolvidas por educadores e famílias, que surgiram no contexto pandêmico e garantiu, de alguma forma, o direito ao brincar. Como dispositivo de formação potencializou o banco de dados científicos, fomentando a difusão de conhecimentos sobre este objeto investigado no Observatório do Grupo de pesquisa FORINLEJA-UNEB, e o repensar para a necessidade de cooperação e parceria entre profissionais desta etapa da educação básica, da graduação e pós graduação, e os estudantes, para a discussão dos desafios vinculados às políticas de reconhecimento da Infâncias, da garantia do Direito de brincar e da complexidade dos processos de formação docente.

Os resultados obtidos neste estudo revelaram a importância do desenvolvimento de estratégias que auxiliem pais, cuidadores, docentes no enfrentamento dos múltiplos desdobramentos desta pandemia Covid-19, para perceberem as necessidades infantis e disponibilizarem espaço, tempo e recursos adequados para o desenvolvimento do livre brincar da criança, com o que estiver ao alcance de cada realidade.

Assim, ficou evidenciado o indicador da importância das relações entre infâncias, brincar, educadores, familiares e as práticas lúdicas. Pois concordamos com RAMOS (1995) que o equilíbrio entre uma atividade que se configura como lúdica, ou não, é muito tênue e implica a intencionalidade daquele que está na atividade, bem como a habilidade do educador. Assim, nem sempre são lúdicas as atividades que o professor denomina como tais.

A ludicidade, por ser gratificante em si, e significar envolvimento pleno na atividade, é subjacente a qualquer jogo e/ou brincadeira. Porém, a emergência da ludicidade não se refere, exclusivamente, à prática de jogos e às brincadeiras. Neste sentido, no que tange ao processo de formação do professor, abarcando a abordagem dos saberes e fazeres na Educação Infantil, ressaltando tanto o reconhecimento das experiências familiares nos processos formativos como diferencial, como a necessidade de potencializar as reflexões sobre as aprendizagens pessoais e os desafios da educação, sobretudo com os bebês e as crianças pequenas.

Defendemos que inserida na pluralidade cultural, cada criança tem seu jeito de brincar, suas histórias para contar, seus medos a compartilhar, suas poiésis. Esses distintos repertórios culturais interagem entre as crianças e os adultos e são ricos para a construção dos conhecimentos e para a produção de outros saberes potencialmente formativos. (CONCEIÇÃO E MACEDO, 2018, p.127).

As “estratégias” apresentadas tanto nos Projetos de Extensão, quanto Webnário, Lives, Podcast, Vídeos e Ebooks revelam aos adultos que apesar do contexto de confinamento, o brincar é um agir criativo que se manifesta num espaço de possibilidades, criados entre crianças e familiares, desde que disponibilizados espaço e tempo para tal. Brincando a criança se (re) conhece, descobre seus limites e seus poderes, adquire autoconfiança, passa a entender fatos e acontecimentos, lida com seus conflitos interiores e pode chegar a harmonizar as forças contraditórias que inicialmente a dominavam.

É necessário apoiar o direito de brincar das crianças. Os recursos ora apresentados fornecem aos pais e responsáveis informações e ideias para que possam apoiar brincadeira de seus filhos.

No presente estudo reconhecemos o brincar como uma dimensão básica e vital da infância e estratégia essencial para a educação infantil. Durante a crise, o brincar tem um importante papel terapêutico, contribuindo com a recuperação de crianças em seu cotidiano, através do resgate das sensações de prazer, alegria, desafio e conexões. Urge um posicionamento dos órgãos governamentais na criação de políticas públicas que contribuam com a disponibilização de espaços, tempos e equipamentos adequados para a expressão do livre brincar da criança. Ainda, assegurem dentro dos espaços escolares, espaço e tempo curricular para o brincar livre e formação substancial e rica para educadores da infância.

Percebe-se que as orientações apresentadas nestes materiais pesquisados estimularam as famílias a perceberem, apesar do contexto de confinamento, face à pandemia Covid-19, que o brincar é um agir criativo em um espaço de possibilidades criados entre crianças e adultos.

Conclusão: “amarrar as pontas” desta investigação?

Tendo em vista as questões norteadoras do presente estudo, conclui-se que foram desenvolvidas estratégias significativas para apoiar a presença do brincar em período pandêmico, no cotidiano infantil. Contudo, identificamos a inexistência de políticas públicas nacionais, que, decerto, contribuiriam com o fortalecimento das ações individuais ora apresentadas.

As ações de extensão universitárias são marcantes. Contudo, se apresentam em número reduzido, se considerarmos o número de instituições de ensino superior com cursos de psicologia e formação de professores no Brasil. Não obstante, tal fato, há que se considerar a qualidade das estratégias desenvolvidas. Elas são diversificadas, abrangem distinto público, buscam explorar práticas criativas e inovadoras em processos formativos online.

E quais possíveis contribuições das estratégias para familiares/pais/mães, cuidadores e professores em sua ação de assegurar o direito ao brincar e mitigar o impacto da quarentena na infância, no período de 2020 a 2021?

A pandemia Covid-19 nos confinou no espaço da casa, para quem pôde e ainda pode viver o distanciamento físico, apartando-nos literalmente dos contextos físicos e dos espaços urbanos em geral. Do posto desta realidade, ressaltamos que a casa é o primeiro espaço em que o brincar pode estar acontecendo entre as pessoas da família. Com isto, as relações delas com a criança neste cenário de confinamento tornaram-se possibilidades de brincadeiras, jogos com gestos, vozes, sons, movimentos se expressam através de diversos sentimentos, certezas, descobertas e dúvidas, orientações, sugestões, conforme analisamos nesta pesquisa.

Considerando as nossas lentes investigativas, nossos olhares, segundo regras de um jogo de proteção e liberdade, de confiança e apoio, de reconhecimento e desafio, de alegria e medo, esses jogos são densamente inebriados de emoção. E se tornam experiência de união e alteridade, de dependência e autonomia, de confiança e segurança. Os ambientes e objetos da casa convidam e desafiam a pegar, abrir, entender o significado e concatená-los num conjunto significativo, além das pessoas. Mas percebe-se nas narrativas de algumas crianças e familiares, dos Podcasts analisados, que não é assim em todas as casas! Pois existem casas e apartamentos, espaços de moradia com objetos variados, que as crianças pequenas são proibidas de tocarem.

Assim como, existem crianças que nunca ganham um brinquedo e têm que contentar-se com os objetos da casa ou do quintal, potencializando a sua criatividade no mundo do faz de conta, transformando-os em seres animados, com todas as suas emoções, com seus anseios, problemas e desejos que a vida cotidiana lhes apresenta. Mas divertem-se com eles, às vezes, sofrem, e com eles constituem as suas experiências lúdicas imediatas identificadas com a sobrevivência desta contemporaneidade.

Vimos que os espaços da cidade, entrelugares das interações sociais entre várias crianças, virou passado com a pandemia Covid-19. Visto que, o mundo, ou seja, as instituições que ofertam a educação infantil, as escolas, as universidades e muitos outros espaços formais e não formais de aprendizagem e redes educativas tiveram de migrar, reinventar as suas atividades presenciais para o ciberespaço.

Esta migração materializou-se, conforme apresentada neste estudo, em diferentes práticas familiares, sociais e educacionais sobre o lugar das infâncias e o direito ao brincar, levando

“o mundo” a pensar em **estratégias** de que, como e com quem fazer “isto e/ou aquilo”. Neste cenário, os diálogos on-line entre educadores, pesquisadores, famílias e interessados nesta temática foram potencializados. Desta forma, este estudo tornou-se formativo para nós, pois esta necessidade de diálogos entre pesquisadores de nosso Grupo de pesquisa Formacce Infância, Linguagens e EJA/FORINLEJA, juntamente com alguns parceiros, levaram ao redimensionamento de alguns objetivos e metodologias do Projeto de pesquisa matricial intitulado “Infância, Linguagem, Cultura Lúdica e os marcos teóricos da compreensão do brincar: desafios de um percurso de pesquisa e formação” e fomentou a retomada de nosso Observatório de pesquisa.

Expressou, ainda, alguns questionamentos, que ainda permanecem, quando procuramos “amarrar as pontas” desta investigação, dentre eles destacamos: como “as estratégias” desenvolvidas pelas instituições pesquisadas e aqui apresentadas, se constituíram dispositivos formacionais, para educadores, pesquisadores e familiares pensarem as Infâncias e suas reais necessidade de brincar, aprender e desenvolver-se, no contexto futuro pós-pandemia Covid 19?

Defendemos que a brincadeira na educação infantil se configure numa práxis cultural identitária e que o currículo de educação infantil só se reconheça naquilo que expresse nos seus atos, o brincar enquanto direito existencial, político e cultural do ator, atriz e sujeito criança. (CONCEIÇÃO E MACEDO, 2018, p.126)

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONDIOLI, Anna; MANTOVANI, Susanna (Org.). **Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos — uma abordagem reflexiva**. 9. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. [publicação original 1995]

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei no 8.069, de 13 de junho de 1990a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 01 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 02 fev. 2013.

BRASIL. Estatuto da Primeira Infância. **Lei n. 13.257, de 08 de março de 2016c**. Disponível em: <http://www.planalt.gov.br>. Acesso em: 01 de março de 2017.

CONCEIÇÃO, A. P.; MACEDO, R. S. PRÁTICA, BIOGRAFIA E CONSTRUÇÕES TEÓRICAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL: UM CURRÍCULO BRINCANTE. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 27, n. 51, p. 121-132, 27 abr. 2018. Disponibilidade em: <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.2018.v27.n51.p121-132>. Acesso em: 13 nov. 2021.

FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

Souza, S. J. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin**. Campinas: Papyrus Editora, 1994.

JOSHI, Nila; STONE, Michelle. **Playing during a Pandemic: why children need outdoor play more than ever**. Healthy Population Journal, 2021.

KISHIMOTO, T. M. Bruner e a brincadeira. In: KISHIMOTO, T. M. (org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko e SANTOS, Maria Walburga dos (Orgs.). **Jogos e brincadeiras: tempos, espaços e diversidades**. São Paulo: Cortez, 2016, 216 p.

LUCKESI, C. C. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna. In: PORTO, Bernadete de S. (Org.). **Ludopedagogia – Ensaio 2: Educação e Ludicidade**. Salvador: Gepel, v. 2, p. 27-75. 2002.

LUZ MENEZES, M.; SILVA DA CONCEIÇÃO, A. P. Infância e Psicologia: O Brincar é uma Linguagem Secreta? **Revista Internacional Educon**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. e21021009, 2021. DOI:10.47764/e21021009. Disponibilidade em: <https://grupoeducon.com/revista/index.php/revista/article/view/1564/1388>. Acesso em: 13 nov. 2021.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morshida; PINAZZA, Mônica Appezzato (org.) **Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação**. Porto Alegre: Armed, 2007.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org/documentos/direitos-humanos>. Acesso em :19 abr. 2017.

PINAZZA, Mônica A. Desenvolvimento profissional em contexto: um estudo de condições de formação e mudança. In: KISHIMOTO, T. M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Em busca da pedagogia da infância: pertencer e participar**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 54-84.

RAMOS, Rosemary Lacerda. **A relação brincar e aprender: experimentos com jogos e brincadeiras na prática pedagógica**. Salvador: Sathyart, 1995 – Dissertação de Mestrado.

RAMOS, Rosemary Lacerda. **Ludoformação: uma abordagem metodológica**. 1. ed. Salvador: Sathyart Ltda, 2014. v. 1. 120p .

RAMOS, Rosemary Lacerda. Formação de educadores lúdicos no curso de Pedagogia: desafios e possibilidades. 120. ed. SALVADOR: Sathyart, 2013. v. 1. 1p .

SANTOS, E. Pesquisa-formação na cibercultura. Teresina: EDUFPI, 2019. Acesso gratuito na aba “Livros”.

Sociedade Brasileira de Pediatria. Grupo de Trabalho em Saúde e Natureza. Benefícios da Natureza no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes. SBP, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/manual_orientacao_sbp_cen_.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

VYGOTSKI, L. S. et al. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem** (M. P., Villalobos, Trad.). 11a ed. São Paulo: Ícone, 2010.

WALLON, H. **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Ubu Editora, Rio de Janeiro: Imago, 1975.